

A reconversão do olhar: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social

A reconversão do olhar: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social. Inesita Araújo. Ed. Unisinos, 2000, 280 pp.

“AJUDA-ME A OLHAR!”, assim a autora intitula o que vem a ser a introdução da sua pesquisa, resultado da sua dissertação de Mestrado na Escola de Comunicação da UFRJ. O caminho a ser percorrido, por conta da sua imersão no campo estudado, demanda uma reconversão do olhar. E para este fim se apóia em matrizes teóricas e metodológicas da Semiologia, para reorientar seu olhar experiente e implicado sobre o universo estudado: as práticas e construções discursivas de diferentes instituições que atuam no campo da intervenção social no Nordeste rural: Igrejas, ONGs, órgãos governamentais, organizações representativas do trabalhador do campo. Trata-se finalmente de reconverter o olhar para construir um outro modo de perceber as práticas de comunicação dessas instituições, sendo então o comunicacional o foco principal da pesquisa.

O estudo sustenta-se em alguns pressupostos e hipóteses sobre o cenário da intervenção social. Primeira hipótese: as instituições aí presentes participam de uma disputa de sentido, na qual buscam impor o seu modo de perceber e planejar a sociedade por meio de diferentes discursos que configuram um mercado simbólico onde se estabelecem alianças, disputas, parcerias entre diferentes atores, grupos, organizações. Os discursos

Regina Maria Marteleto

Prof. PPG Ciência da Informação MCT/IBICT - ECO/UFRJ

assim produzidos trazem marcas da cena social considerada, e expressam o modo como cada núcleo discursivo se posiciona no mercado simbólico, e por meio de quais estratégias disputa a supremacia sobre os demais. Os camponeses são o centro da disputa de sentido entre estes núcleos concorrentes, uma vez que é a aceitação ou não das políticas, pela população-objeto, que legitima seus autores. No entanto, uma premissa da autora é de que os “receptores” não são apenas objeto de disputa, mas participam ativamente do processo de negociação de sentido, confrontando interesses e desenvolvendo estratégias. Nova hipótese: os núcleos institucionais não operam com a idéia desse comportamento estratégico dos destinatários dos seus discursos, considerando-os “receptores” e não “interlocutores”.

Dois modelos básicos, e percebidos como antagônicos, da comunicação e informação, vêm orientando as práticas e discursos dos vários núcleos institucionais da intervenção social: o transferencial (ou difusionista) e o dialógico (ou humanista). Ambos institucionalizados nos anos 70, o primeiro tem justificativa e inspiração técnica; e o segundo, política. Neste ponto, a autora defende a idéia de que, a despeito de algumas tentativas de revisão crítica, os agentes da chamada intervenção social encerram-se nessa aparente dicotomia, sem perceber o núcleo comum às propostas – um modelo informacional de comunicação que encerra nele uma concepção da linguagem como espaço de interação, e a comunicação como processo de ajustamento de códigos. O que os leva – os agentes – a operar com os dois modelos, em tese antagônicos: o dialógico embasando a teoria e o transferencial direcionando a prática.

A autora propõe, então, um novo olhar sobre as práticas de comunicação na intervenção social e seus dois modos básicos de operação – a comunicação para o desenvolvimento e a educação

popular – tomando emprestados os princípios da teoria e do método de análise da Semiologia dos Discursos Sociais, a qual estuda os fenômenos sociais como fenômenos de produção de sentidos. Trata-se de contrapor o paradigma vigente nos modelos de comunicação – o informacional – a outro paradigma proposto: o semiológico. O primeiro, inspirado na Teoria da Informação, e reforçado pela noção funcionalista e behaviorista da sociedade e do comportamento humano, tem uma concepção sincrônica, a-histórica, apolítica da linguagem, da comunicação e da informação que teima em se manter, embora envolta em retórica crítica, dialética, humanista ou revolucionária.

À medida que constrói seu “olhar semiológico”, a autora submete à crítica o paradigma informacional ou “olhar dominante”. Com esse propósito, recorre a teorias e conceitos filosóficos e semiológicos de Bakhtin, Benveniste, Verón, Barthes e até Bourdieu e Foucault, para o estudo das condições de produção dos discursos institucionais no meio rural, tendo como princípios metodológicos os da Análise dos Discursos. E depois de apresentar e discutir de modo profundo e situado os ingredientes teóricos e metodológicos da Semiologia dos Discursos Sociais, é o momento de apontar sua aplicação à análise das práticas discursivas-comunicacionais das organizações que procuram intervir na mudança social. Primeiro, pela construção de um cenário: o do “Nordeste das práticas discursivas” e, segundo, pela verificação das hipóteses, por meio da análise dos discursos veiculados num corpus formado por impressos dirigidos aos camponeses. Tais discursos, produzidos pelos núcleos centrais da intervenção social, trazem como referentes comuns as idéias de cooperativismo, comunidade, solidariedade, apesar das suas diferentes vertentes institucionais e ideológicas. Por outros termos, trazem as marcas do cenário configurado, “que oporia uma retórica (e

um desejo) de ação cooperativa e solidária a uma prática discursiva autoritária e reprodutora de relações sociais de competição e dominação”.

As conclusões vão nas seguintes direções: uma, a de que os discursos espelham as realidades institucionais, que se caracterizam pela concorrência e pela tendência a reproduzir a cena social, no que toca à posição que nela ocupam. Outra, complementar e ao mesmo tempo contraditória, a de que as instituições não se dariam conta da discrepância entre suas reais concepções e intenções e sua prática efetiva de intervenção social, direcionada pelos modelos dominantes de comunicação.

Uma constatação relevante do estudo é a de que a Semiologia dos Discursos Sociais possibilita um conhecimento sobre os mecanismos do funcionamento social, através da prática discursiva, cumprindo assim uma função de crítica política e propondo alternativas aos modelos vigentes na comunicação, seus diferentes meios e instituições.

O trabalho é uma fonte importante de reflexão para todos aqueles que, no meio acadêmico e nas instituições de intervenção social, dedicam-se a pensar e agir sobre os modos de promoção da justiça e desenvolvimento social. No momento em que se discute, por diferentes meios, a construção de uma “sociedade da informação”, o livro traz um oportuno e profundo debate em torno da questão da comunicação, da informação e de formas compartilhadas de construção do conhecimento, fundamentais para a aquisição da cidadania e equidade social.

Fica a questão: a mudança de enfoque nos modelos de comunicação rural, no caso, estaria a depender de uma reorientação discursiva, de um novo olhar sobre o receptor da ação e dos discursos de intervenção social, ou da transformação das estruturas de dominação que vigem nas nossas sociedades? Por onde anda a

questão da comunicação nos dias de hoje, e de ontem ?